NUT III	
	União das freguesias do Préstimo e Macieira de Alcoba.
Região de Coimbra	Condeixa-a-Nova: Furadouro.
Região de Leiria	Pombal: Abiul.
Região de Viseu Dão Lafões	Viseu: Calde. Cavernães. Cota. Ribafeita. São Pedro de France. União das freguesias de Barreiros e Cepões.
Tâmega e Sousa	Amarante: Ansiães. Candemil. Gouveia (São Simão). Jazente. Rebordelo. Salvador do Monte. União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea. União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei. União das freguesias de Olo e Canadelo. Vila Chã do Marão. Castelo de Paiva: Real. Marco de Canaveses: Várzea, Aliviada e Folhada.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2016

Considerando a necessidade de apoiar o desenvolvimento da agricultura no perímetro de emparcelamento das freguesias de Moreira, Barroças e Taias, no concelho de Monção, cujo projeto de ordenamento tem como promotor o Município de Monção, tendo sido elaborado nos termos legalmente previstos;

Considerando que o referido projeto configura uma ação de emparcelamento integral de fundamental importância para a reestruturação fundiária, a reconversão cultural, a revisão do traçado dos caminhos e a instalação de uma rede de rega mais eficiente, no perímetro de emparcelamento das referidas freguesias, potenciando o aproveitamento dos recursos e assegurando o desenvolvimento rural da região;

Considerando que para a execução das infraestruturas e implantação da nova estrutura predial, o projeto de emparcelamento não carece de recorrer a medidas expropriativas, porquanto detém área suficiente para o efeito a que se destina;

Considerando que o projeto de ordenamento fundiário de Moreira, Barroças e Taias obteve a aprovação dos interessados, nos termos legais;

Considerando que, cumpridas as formalidades a que se referem a alínea b) do n.º 4 e o n.º 5 do artigo 62.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, o projeto de ordenamento fundiário de Moreira, Barroças e Taias foi confirmado através de despacho do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural de 5 de fevereiro de 2016.

Assim:

Nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o projeto de emparcelamento das freguesias de Moreira, Barroças e Taias, no concelho de Monção, no distrito de Viana do Castelo, com uma área total de 529 ha, com as seguintes delimitações:

Freguesia de Moreira: Norte — freguesia de Pinheiros; Sul — freguesias de Trute e Pias; Nascente — freguesias de Cambeses, União de freguesias de Sago, Lordelo e Parada e Trute; Poente — freguesia de Pias; Freguesia de Barroças e Taias: Norte — freguesias de Pias e Trute; Sul — freguesias de Portela e Abedim; Nascente — freguesias de Trute e Portela; Poente — freguesia de Pias.

2 — Determinar que os principais objetivos a concretizar com o projeto de emparcelamento consistem na introdução de fatores de racionalização, valorização e competitividade agrícola, tendo como objetivo a promoção do ordenamento do espaço rural, com o intuito de potencializar os recursos, com vista à valorização da agricultura no espaço rural.

3 — Determinar que a ação de reestruturação predial e dos trabalhos de infraestruturas a realizar inclui:

- A reorganização da estrutura predial;
- A melhoria da rede de caminhos agrícolas, com intervenção numa extensão aproximada de 26,7 km, implantação de estruturas hidráulicas nos caminhos a beneficiar e/ou construir, que irão coligir os caudais provenientes da própria plataforma dos caminhos e os escoamentos das encostas circundantes, assegurando a condução adequada das águas até aos coletores principais do sistema de drenagem;
- A melhoria da rede de rega, prevendo a beneficiação de cinco regadios tradicionais;
- A movimentação de terras e outros melhoramentos fundiários;
- A reconversão cultural, adequando as culturas aos terrenos, tendo em vista a obtenção de produtos de qualidade.

4 — Determinar que a execução do projeto de emparcelamento tem uma duração máxima de 27 meses, a contar da data de entrada em vigor da presente resolução, e um encargo estimado de € 3 843 000,00, cujo financiamento tem enquadramento assegurado no Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020) e no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

5 — Determinar para os prédios abrangidos por este projeto de emparcelamento:

- A inutilização ou alteração das descrições e a extinção dos efeitos das inscrições prediais referentes aos prédios abrangidos pelo emparcelamento quando for efetivado o registo dos prédios resultantes do emparcelamento;
- A extinção dos efeitos das inscrições matriciais dos prédios que sejam objeto do emparcelamento, logo que se proceda às correspondentes novas inscrições e alterações das matrizes resultantes da remodelação predial;
- A alteração ou atualização do cadastro predial.

6 — Proibir o fracionamento dos prédios resultantes desta operação de emparcelamento durante o período de 25 anos, contado a partir da data do seu registo.

7 — Estabelecer que a presente resolução confere ao projeto aprovado caráter obrigatório para todos os interessados abrangidos pela recomposição predial.

Presidência do Conselho de Ministros, 10 de novembro de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.